

Recursos fiscais, arma para conter a expansão dos meios de pagamento

por Celso Pinto
de Brasília

As transferências de recursos fiscais para cobrir necessidades do orçamento monetário deverão superar largamente, neste ano, os Cr\$ 6 trilhões previstos originalmente. Na verdade, elas serão tão grandes quanto for necessário: esta será uma das armas que o governo contará para tentar controlar a expansão monetária no segundo semestre.

No primeiro semestre, as transferências de recursos do orçamento da União para o orçamento monetário já foram quase o dobro do prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Previam-se Cr\$ 2 trilhões, mas elas chegaram a Cr\$ 3,7 trilhões. Sem este nível de esterilização de recursos fiscais, certamente o estouro das metas monetárias teria sido ainda maior.

A próxima rodada de negociações com o FMI está prevista para o início de agosto, quando chegará ao Brasil uma missão que avaliará o primeiro semestre e discutirá metas para o final deste ano e primeiro trimestre do próximo. O Brasil poderá apresentar resultados bastante positivos no setor externo, mas terá de explicar por que foi tão decepcionante a colheita antiinflacionária.

FMI

Fontes com ampla experiência de negociação com o FMI acreditam ser inevitável uma investida do Fundo em relação à política monetária. O governo brasileiro alega que, embora não tenha respeitado o limite para o crescimento da base monetária e os meios de pagamento no primeiro semestre, cumpriu o critério básico com que o fundo normalmente avalia o comportamento monetário: o "crédito interno líquido", que deduz da expansão monetária o aumento das reservas externas. O "excesso" de moeda, portanto, seria justificável pela boa performance do setor externo da economia.

A explicação é consistente, mas as fontes citadas explicam que é ilusão imaginar que o "staff" do FMI

aceitara passivamente o estouro inflacionário. O Brasil provavelmente tentará ampliar a meta monetária de 50 para 80 ou 90%. Mas é provável que o Fundo, ao contrário, tente se garantir ainda mais a moeda para tentar derrubar a inflação.

Seja qual for o resultado final das discussões, é certo que o segundo semestre exigirá forte empenho nessa área. Neste contexto, as transferências de recursos fiscais acabam sendo um dos mais "flexíveis" instrumentos de ação.

CONTENÇÃO

O grosso das transferências é originado por "excesso de caixa do Tesouro". A origem do "excesso", no entanto, não é receita adicional não prevista, mas simplesmente adiamento na liberação de recursos do orçamento da União. A divisão do bolo de recursos fiscais é feita por lei, aprovada pelo Congresso, e tem de ser cumprida. Mas nada impede o governo de retardar a liberação de recursos, gerando dinheiro que é transferido para o orçamento monetário. Para se ter uma idéia do grau de arbitrariedade possível, em junho previa-se um excesso de caixa de Cr\$ 100 bilhões, mas, graças à virtual paralisação na liberação de recursos, ele chegou a Cr\$ 770 bilhões.

A estimativa original dos Cr\$ 6 trilhões tornou-se defasada, em parte porque foi calculada supondo-se inflação média de 130%. Na realidade, no entanto, o aumento nas transferências não corresponderá apenas a uma revisão inflacionária, até porque não se prevê, para o orçamento como um todo, a aprovação de nova revisão ainda neste ano.

Os recursos fiscais alimentam as despesas de custeio do governo federal e a maior parte das aplicações públicas em áreas sociais como educação. Por esta razão, a oposição tem criticado severamente a utilização crescente destes recursos para cobrir despesas financeiras, especialmente gastos com a dívida pública e subsídios, no orçamento monetário.